

## CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 A vigésima oitava reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no  
2 Espaço Verde da FEPAM, rua Carlos Chagas, número cinquenta e cinco, décimo  
3 primeiro andar, Porto Alegre-RS, às quatorze horas do dia quatro de julho do ano de  
4 dois mil e cinco. Compareceram os seguintes Conselheiros: Mauro Sparta, Presidente  
5 do CRH/RS; Frederico Antunes, Secretaria das Obras Públicas e Saneamento;  
6 Mariângela Laydner, Secretaria das Obras Públicas e Saneamento; Tânia M<sup>a</sup> Molina  
7 Zoppas, do Comitê Caí; Manuela Schues, do IBAMA; Luiz Fernando Cybis, do Comitê  
8 Lago Guaíba; Eldo Costa, do Comitê Santa Maria; Marilei Dockorn, do Comitê Turvo-  
9 Santa Rosa-Santo Cristo; Margareth Vasata Macchi Silva, da Secretaria da  
10 Coordenação e Planejamento; Marley Caetano de Mendonça, do Sistema Nacional de  
11 Recursos Hídricos; Paulo Blessmann, da Secretaria de Energia, Minas e  
12 Comunicações; Salzano Barreto de Oliveira, da Secretaria da Saúde. **Ausentes:** Valery  
13 Pugatch, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento; Frederico de Carli; da  
14 Secretaria da Ciência e Tecnologia; Wilson Ghignati, da Secretaria dos Transpostes;  
15 Marta Hermínia Dias, da Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais;  
16 Juarez Sartori, da Casa Civil; Vilmar Furini, do Comitê Tramandaí; Renato T. Zenker, do  
17 Comitê Camaquã; Lúcia Schmidt, do Comitê Pardo; Adriano Panazzolo, do Comitê  
18 Taquari-Antas; **Ausência Justificada:** Jorge Silvano Silveira, Comitê Apuaê Inhandava.  
19 Demais participantes: Rogério Dewes, Diretor do Departamento de Recursos  
20 Hídricos/SEMA; Paulo Paim, Secretário Executivo do CRH/RS; Sérgio Cardoso, do  
21 Comitê Gravataí; Carlos Rubem Schriener, FZB; João Manuel Bicca, Pró-Uruguai; Sidnei  
22 Agra, DRH/SEMA; João Paulo de Moraes, Comitê Baixo Jacuí; Paulo Renato dos  
23 Santos Souza, da Secretaria da Ciência e Tecnologia; Sandra J. M. Ribeiro, da  
24 AGAPAN; Carmem Lucia S. Silva e Vania Oliveira, da Secretaria Executiva do CRH/RS;  
25 Maria Josete Barros, do DRH/SEMA. O Presidente abriu a reunião cumprimentando os  
26 Conselheiros e passou a palavra ao Secr. Executivo Paulo Paim para que fizesse a  
27 apreciação da ata da vigésima sétima reunião. Paulo Paim informou que recebera a  
28 justificativa da ausência de Jorge Silveira, Comitê Apuaê-Inhandava e um pedido de  
29 alteração de ata da vigésima sétima reunião, na fala do Conselheiro Eldo Costa, que  
30 solicitava que, a partir da linha número setenta e seis, desde o início, até a a palavra  
31 “estancá-lo”, na linha oitenta e dois, a redação fosse substituída pela seguinte: *sobre os*  
32 *barramentos na bacia hidrográfica, constantes dos estudos dos espanhóis e aprovados*  
33 *pelo Comitê, promovido pe Prefeitura Municipal de Rosário do Sul e os Deputados*  
34 *Estadual Berfran Rosado e Federal Nelson Proença, para o qual o Comitê Santa Maria*  
35 *foi convidado, e que contou com a participação de um representante do Ministério da*  
36 *Integração Nacional, convidado pelos Deputados Berfran e Proença. Destacou que,*  
37 *embora a importância da reunião para a região, especialmente pelo comprometimento*  
38 *do Ministério, com os recursos para a execução de obras desejadas há mais de*  
39 *cinquenta anos, pela comunidade da Bacia, o seu representante, pelas informações*  
40 *repassadas aos presentes, mostrou desatualização relativamente as decisões tomadas*  
41 *pelo Comitê e a comunidade, que alteraram projetos de barramentos, na Bacia, em*  
42 *função de questões ambientais e técnicas, respaldados por estudos realizados através*  
43 *da Secretaria das Obras Públicas. Eldo comentou a possibilidade do fluxo de*  
44 *informações do Estado para o Ministério da Integração Nacional, não estar chegando*  
45 *ao setor que detém o aporte técnico, dentro do Ministério”. A solicitação de alteração foi*  
46 aprovada por todos os Conselheiros. A seguir, o item dois da pauta tratava da

47 **Deliberação zero um, de dois mil e cinco do Comitê Santa Maria** aprovada pela  
48 plenário do Comitê. O Secr. Executivo Paulo Paim convidou o Presidente do Comitê e  
49 também Conselheiro, Eldo Costa, para fazer uma defesa oral sobre o assunto em  
50 questão. O Conselheiro Eldo explicou que a deliberação do Comitê foi tomada ainda no  
51 período de seca, e tem a função de normatizar um acordo local, criar uma regra  
52 determinada e definitiva para este acordo que foi feito na ocasião, redundou  
53 positivamente no não racionamento de água em nenhum município da bacia. Afirmou  
54 que a Deliberação junto com as restrições de outorga, incorporadas na resolução do  
55 CONSEMA de número cem, dão a segurança de que não haverá racionamento na  
56 bacia do Santa Maria em caso de estiagem. O Secr. Paulo Paim frisou a importância  
57 histórica da Deliberação do Comitê e da chancela do Conselho. Lembrou que, pela  
58 primeira vez um Comitê gaúcho deliberava sobre um instrumento de gestão segundo a  
59 lei do Rio Grande e o Conselho tinha então, a oportunidade de referendá-la, dando  
60 início, simbolicamente, ao uso da outorga como instrumento real de gestão. Afirmou  
61 que estava aberta a porta para que os Comitês e o Conselho, e por consequência o  
62 próprio sistema funcionasse conforme previsto. Falou ainda que, quando o diretor  
63 técnico da FEPAM, Mauro Moura vai ao interior, a uma reunião de Comitê e diz que  
64 cabe a FEPAM e ao DRH, em termos de licença ambiental e de outorga cumprir a  
65 decisão política da sociedade, refere-se a isto! Afirmou desconhecer outro exemplo  
66 como esse, do Mampituba para cima. O Vice Presidente Secr. Frederico Antunes disse  
67 que houveram, durante o período de estiagem, algumas situações consideradas críticas  
68 para o abastecimento no Estado, como por exemplo, Gravataí e Nova Petrópolis e, fez  
69 uma pergunta de leigo: este trabalho justamente previne a sociedade organizada, os  
70 órgãos que tem a ver com o serviço de captação e tratamento da água, ela faz um  
71 acompanhamento e quando os níveis baixam críticos faz um alerta? O Conselheiro Eldo  
72 explicou que é basicamente um acordo entre a CORSAN e os produtores de arroz. Há  
73 um monitoramento por parte da CORSAN nos poços de captação e, sempre que o nível  
74 baixa ela avisará as comissões de cada município da bacia, formadas pela CORSAN,  
75 prefeituras e entidades representativas dos arroseiros, é dado sinal vermelho e pára a  
76 captação. O Comitê fica neste meio para quando houver desrespeito a este acordo por  
77 algum produtor é solicitado a suspensão da portaria de outorga ao DRH. João Paulo, do  
78 Comitê Baixo Jacuí, parabenizou pela forma inteligente que foi conduzida a situação e  
79 pediu mais detalhes quanto ao funcionamento. O Conselheiro Bernál também  
80 parabenizou o DRH, pela condução e pelo acordo aberto, e pediu que essa prática de  
81 espalhasse por toda a SEMA. O Secr. Paulo Paim sugeriu ao plenário que a  
82 Deliberação zero um, do Comitê Santa Maria fosse transformada em resolução do  
83 Conselho. A sugestão foi aprovada por unanimidade. A seguir. O Secr. Paim falou  
84 sobre o documento “o estado da arte”, elaborado por ele, Ricardo Süffert, do Comitê  
85 Caí e Enio Hausen, do Grupo Permanente de Capacitação, atendendo sugestão do  
86 Secr. Frederico Antunes na reunião anterior do Conselho. Informa ainda, que este  
87 documento deverá ser entregue numa audiência a ser marcada com o Governador  
88 Rigotto, Secr. Mauro Sparta, Secr. Frederico Antunes e os presidentes dos Comitês de  
89 Bacias. Sérgio Cardoso, Vice-Presidente do Comitê Gravataí pediu a palavra ao  
90 Presidente e falou sobre o encontro do Fórum Gaúcho de Comitês, acontecido na  
91 semana anterior, onde analisaram o documento e a situação que se encontra hoje a  
92 implantação do Sistema de Recursos Hídricos, dificuldades que estão ainda surgindo e  
93 não conseguem resolver, exemplo o Comitê Santa Maria que está há onze meses sem  
94 receber recursos, e muitos outros problemas, da política do Governo na gestão das  
95 águas no Estado do Rio Grande do Sul. Disse que, por muito menos, em outros  
96 tempos, os Comitês se mobilizaram e foram à imprensa para reclamar a inoperância do

97 Estado. Lembrou que os Comitês fazer parte do Sistema mas não tem a  
98 responsabilidade de governar. Afirmou que a troca constante de Secretário do Meio  
99 Ambiente enfraquece o Sistema. Pediu para que a Assembléia Legislativa fosse  
100 envolvida e explicou que os Comitês ainda não tinham ido à imprensa porque  
101 acreditavam que o Conselho é a instância maior dos recursos hídricos e deverá partir  
102 dele todas as articulações necessárias para fortalecimento do Sistema. O Secr.  
103 Frederico Antunes disse que também concordava que alguma coisa deveria ser feita e  
104 que a liberação de recursos para a manutenção dos Comitês deveria ser rápida.  
105 Afirmou que estes detalhes deveriam ser contados ao Governador, porque todos os  
106 procedimentos feitos hoje passam pela JUNCOR, Junta de Coordenação Orçamentária  
107 da Secretaria da Coordenação e Planejamento. O Diretor Rogério Dewes disse que no  
108 governo passado os Secretários tinham delegação de competência para assinar  
109 Convênios até um determinado patamar, mas que, hoje em dia, para o Secretário  
110 assinar tem que ter autorização expressa do governo do Estado, e o maior entrave é a  
111 Casa Civil porque por lá passa tudo e, o que demorava uma semana agora demora um  
112 mês. O Secr. Frederico comprometeu-se com marcação de uma pauta com o  
113 Governador e os presidentes dos Comitês. O documento foi aprovado com a sugestão  
114 da Conselheira Margareth da inclusão de propostas claras do que deve mudar. Em  
115 relação à solicitação do Diretor Rogério sobre diretrizes para a composição da Unidade  
116 Estadual de Execução do Projeto Aquífero Guarani, o Conselho propôs nove membros  
117 sendo três representantes dos usuários da água, três da sociedade e três do governo.  
118 Na seqüência Rogério Dewes apresentou o projeto a ser desenvolvido pelo convênio  
119 Unesco-SEMA que executará o desenho institucional das Agências, viáveis do ponto  
120 de vista técnico, institucional, financeiro e político. Em assuntos gerais foram tratados: a  
121 moção do CRH do Paraná contrária ao projeto de lei que federaliza o domínio das  
122 águas subterrâneas. O Conselheiro Marlei da SRH-MMA explicou que a moção referia-  
123 se ao projeto original mas que a própria Secretaria já tinha mudado o projeto, e que, o  
124 novo texto dizia que o domínio das águas subterrâneas deveria ser exatamente igual ao  
125 das águas superficiais. Ficou decidido que a Secretaria Executiva perquisaria no  
126 congresso como estava tramitando o projeto e que seria enviada uma moção  
127 semelhante à do estado do Paraná. O Conselheiro Marlei absteve-se da decisão. O  
128 Conselheiro Bernál solicitou que o plenário aprovasse o pedido para que o DRH  
129 apresentasse os extratos bancários dos últimos cinco anos, da conta do FRH-RS e  
130 também que fosse consultada a Procuradoria Geral do Estado sobre a legalidade do  
131 contingenciamento dos recursos do Fundo. Ambos foram aprovados. Paulo Paim fez  
132 um relato sobre o andamento do processo de construção do Plano Nacional,  
133 especialmente da reunião de Florianópolis. Explicou que haverá um Seminário Regional  
134 para a Comissão do Uruguai e outro para a Comissão do Atlântico Sul e que para  
135 esses, as Comissões deverão convidar outros participantes. Lembrou como tinham sido  
136 escolhidos os primeiros membros e solicitou autorização para que fossem, agora,  
137 usadas as mesmas pois estavam em acordo com as diretrizes da SRH. Os seja, os  
138 Comitês fariam a indicação dos novos convidados e o CRH chancelaria. O Conselho  
139 autorizou. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Paulo Renato  
140 Paim, Secretário Executivo do Conselho de Recursos Hídricos, lavro esta ata.  
141